

UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DO CONTO “‘MESTRE’ TAMODA” A SOCIOLOGICAL READING OF THE STORY “‘MESTRE’ TAMODA”

Valda Suely da Silva Verri (SEED/PR)¹

RESUMO: O presente trabalho faz uma leitura do conto “‘Mestre’ Tamoda” de Uanhenga Xitu, no qual as ações ocorrem em uma pequena aldeia africana. Por meio destas ações, buscamos mostrar algumas marcas da enunciação textual, a qual revela a interferência de aspectos socioculturais do espaço a que se refere. Apontamos alguns aspectos linguísticos, a fim de mostrar que o texto assinala a sobreposição de uma cultura dominante em relação a uma cultura dominada. Para tanto, o referencial teórico oferecido por Mikhail Bakhtin se presta adequadamente como nossa terminologia básica.

PALAVRAS-CHAVE: literatura africana, cultura, colonização

ABSTRACT: Our work intends to analyze the short story "Mestre' Tamoda" by Uanhenga Xitu, in which the actions take place in a small African village. Through these actions, we try to show some signs of textual statement, which reveal the interference of some social cultural aspects of the space referred to in. We have pointed out some linguistic aspects, in order to show that the text points the overlap of a prevalent culture on a dominated one. To do this, the theoretical referential created by Mikhail Bakhtin fits as our fundamental terminology properly.

KEYWORDS: african literature, culture, colonization

Publicado em 1974, o conto narra a história de Tamoda, um rapaz de Catete, pequeno vilarejo africano, que teria ido trabalhar em Luanda. O texto é de Uanhenga Xitu (1924), nome quimbundo pelo qual é conhecido Agostinho André Mendes de Carvalho, angolano, nascido em Calomboloca.

Deste autor, nosso trabalho visa a uma leitura do conto “‘Mestre’ Tamoda”, no qual a ação ocorre em uma pequena aldeia africana. O texto, ao trabalhar com um material de origem regional, registra a postura do homem colonizado em relação a sua pátria e o processo de aculturação em que incorpora elementos da língua do dominador. Este conto permite que se verifique, por meio da enunciação textual, a interferência de aspectos socioculturais que remetem a uma sociedade em situação de colônia. Buscamos mostrar, com essa análise, que o texto assinala a sobreposição de uma cultura dominante a uma dominada. Para tanto, faz-se necessário abordar, primeiramente, algumas questões teóricas que envolvem o conceito de enunciação, para, assim, comprovar como o contexto de produção de determinadas obras pode, ainda que de forma translúcida, revelar-se através do discurso por elas construído.

Bakhtin (2004) explica como se processa a expressão do homem pela linguagem e em que medida outras vozes podem estar implícitas nesta expressão. O estudioso faz longa reflexão sobre o conceito de ideologia e descreve como ela se faz presente, como se relaciona ao sentido das palavras selecionadas por uma falante. Para ele, cada signo reflete e refrata a realidade. Assim, cada signo linguístico não é apenas um reflexo da

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e-mail: vsverri@yahoo.com.br

realidade, como também um fragmento material desta. Então, a consciência do homem adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Argumenta também que a palavra, material mais privilegiado da comunicação humana, se torna o modo mais puro e sensível da relação social. Tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos, as palavras servem, então, de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. Assim se manifesta: “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (Bakhtin 2004: 95).

Portanto, para Bakhtin, a escolha das palavras que compõem o discurso de um falante não se dá por mera obra do acaso, mas está estreitamente ligada a suas considerações ideológicas. Também se compreende que a língua só faz sentido numa situação de comunicação, pois o sentido da palavra empregada por um falante é totalmente determinado por seu contexto. Os contextos de comunicação encontram-se em condição de interação e de conflito tenso e ininterrupto, pois um ato de fala não pode ser de forma alguma considerado como um ato individual no sentido estrito do termo e não pode ser explicado apenas pelo aspecto do sujeito falante. Pondera ainda que a palavra tem natureza social, pois, ainda que seja escrita ou que não haja uma presença física do receptor, todo texto é dirigido a alguém. Bakhtin, embora ele mesmo caracterize sua explicação como uma maneira simples e grosseira para se referir à expressão humana pela linguagem, oferece-nos a ideia fundamental a seguir: “[...] tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com ajuda de algum código de signos exteriores” (Bakhtin 2004: 111).

Assim, o ato de se expressar através da linguagem comporta duas facetas, o conteúdo que é interior e a sua objetivação exterior para outrem. Ambas as facetas devem ser inevitavelmente levadas em conta em qualquer ato de expressão, que pressupõe, então um “eu” e um “tu”, numa situação de troca. Considerando essas duas extremidades, presentes no ato de comunicação, podemos, então, introduzir o conceito de enunciação, fazendo uso da precisão das palavras do estudioso:

Com efeito, a enunciação é o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio deste grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor. Ela é função da pessoa desse interlocutor. Variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (Bakhtin 2004: 112)

Vemos que a palavra se constitui, então, numa espécie de ponte entre um indivíduo e outro. É determinada pelo fato de que procede de alguém e também por se dirigir a alguém. É ela quem constitui uma espécie de território comum entre ambos. Para Bakhtin, em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o dono da palavra, porém, a realização deste signo é determinada pelas relações sociais, ou seja, o interlocutor, indiretamente, interfere na construção do discurso do locutor.

Assim, antes de mais nada, a enunciação é determinada, de maneira imediata, pelos participantes do ato de fala, conferindo uma situação bem precisa. A situação forma a enunciação, propiciando ao discurso a escolha de um determinado tom em vez de outro: “A situação e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (Bakhtin 2004: 113). A forma e o estilo ocasionais da enunciação são determinados pelos participantes mais imediatos.

Bakhtin argumenta ainda que o estágio inicial de desenvolvimento da enunciação se dá na alma. Primeiramente, ocorre a tomada de consciência, que diretamente relacionada à ideologia e o contexto social determina quais serão os ouvintes possíveis:

[...] todo o itinerário que leva da atividade mental (o “conteúdo a exprimir”) à sua objetivação externa (a “enunciação”) situa-se completamente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ele se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos. (Bakhtin 2004: 117)

Neste ponto, faz-se necessário também recorrermos ao conceito de dialogismo, tão marcante nas obras de Bakhtin. Numa relação face a face, vemos que muitas formas de reforço extralinguístico podem interferir e auxiliar na comunicação, pois os parceiros podem mutuamente se questionar de forma a saber se a comunicação foi estabelecida. A relação que se dá por meio da leitura difere consideravelmente desta, uma vez que o texto, depois de gerado, é entregue a uma multiplicidade de atos de interpretação. No entanto, mesmo sendo a leitura do texto escrito destituída da relação face a face, seguramente os parceiros podem se questionar e interagir. Isso se dá porque o texto escrito apresenta espaços interpretativos que esperam ser preenchidos pelo leitor.

Assim, Bakhtin expressa os limites da participação das duas entidades envolvidas no discurso que constituem a enunciação:

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu *auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. (Bakhtin 2004: 125)

Nesse quadro, tomam forma e sentido as concepções dialógicas e de discurso que mais de perto nos interessam, para uma análise do texto literário escrito. Concebemos leitura dialógica como sendo um processo discursivo, um processo de apreensão de sentido e de significação. Não há como pensar em leitura sem envolver os conceitos de autor e leitor, sujeitos que a tornarão possível a leitura. Mas não se poderia, partindo apenas do texto, como é o nosso caso, fazer um estudo tratando de leitores e autores reais. Não se pode apreender (pelo menos por completo) o real, a realidade externa, por meio do texto, que é o nosso objeto “concreto”, o único que possuímos e

sobre o qual podemos trabalhar. Por isso, é possível entender que só podemos envolver em nosso estudo autor e leitor inscritos no texto, apenas aqueles que o texto dá a conhecer, e não o que se pensaria como autor e leitor “reais”. Efetivamente, pode-se, então, buscar uma investigação sobre leitura e os atores envolvidos nesse processo dentro dos limites do texto.

Concebemos, ainda, a enunciação como um ato produtor do enunciado que coloca em funcionamento a língua por um ato de utilização. Não se pode, portanto, descrever a enunciação, mas suas marcas no enunciado permitem desconstituir o ato enunciativo.

Por fim, vimos que todo e qualquer enunciado tem como pressuposto o fato de ter sido proferido por alguém num tempo e num espaço. Assim, na análise de um enunciado, a enunciação, deve ser sempre considerada, uma vez que esta instância linguística é pressuposta por aquele. Sendo produto, o enunciado pode conter traços que reconstituem o ato enunciativo.

No conto, a narração se resume às exibições do referido protagonista, tentando se sentir valorizado, diante das pessoas do lugarejo, isso por ter adquirido alguns conhecimentos linguísticos decorrentes do tempo em que viveu na metrópole. Durante a estada em Luanda, Tamoda, nas suas horas vagas, estudava português com os filhos do patrão ou com os criados do vizinho deste, o que lhe possibilitou ser capaz de “fazer um bilhete e uma cartinha que se compreendia” (Xitu 1984: 6). Assim, o rapaz adquiriu certas noções de português e não o domínio completo da língua. Ao voltar para a aldeia, onde “quase todos os seus habitantes falavam quimbundo e só em casos especiais usavam o português” (Xitu 1984: 6-7), Tamoda passa a se ver em situação de superioridade: “achou-se uma sumidade da língua de Camões” (Xitu 1984: 7). A partir de então, transforma-se em “Mestre” Tamoda. As aspas, colocadas intencionalmente no conto, permitem a leitura de uma atitude irônica no conjunto do arranjo textual, com referência ao personagem, uma vez que o rapaz não se torna oficialmente professor. Configura-se, pois, um mestre informal, que ensinava aos jovens alguns termos que interessavam a essa faixa etária, como gírias, etc.

Dessa mesma forma irônica, o narrador refere-se ao protagonista, ora como “literato”, “etimologista” ou “dicionarista” — agora, porém, sem as aspas — pois, no processo de aculturação, ressaltam-se traços mal incorporados da cultura estrangeira, tornando-o uma figura insólita. Com o emprego das aspas na palavra mestre e a relação de adjetivos atribuídos a Tamoda, o texto denuncia, pois, a falsa visão que tinham os moradores da aldeia sobre o saber adquirido pelo antigo empregado dos portugueses e que lhe conferia superioridade em relação os demais moradores do lugar.

Neste sentido, tomam importância as concepções teóricas de Bakhtin, que desenvolvemos nos parágrafos anteriores. Então, neste contexto, as palavras, que qualificam Tamoda, acima destacadas adquirem novo sentido, diferente do original, pois, empregadas em sentido literário, remetem a este determinado contexto enunciativo. O narrador, uma vez lido em seu sentido irônico, revela que Tamoda não era efetivamente literato, tampouco etimologista, dicionarista ou mestre, a não ser para as pessoas de sua vila. Ou seja, o conto solicita do leitor sensibilidades tais que lhe auxiliem a perceber o emprego metafórico da linguagem e o relacione ao contexto social que move a produção do conto.

Para além da escolha do vocabulário, há ainda as atitudes do personagem. O rapaz, ao retornar da metrópole, trouxe “muitos romances velhos, entre eles, um dicionário usado e já carcomido, algumas folhas soltas de dicionários” (Xitu 1984: 6).

Este material, da maneira como é descrito, atua como figurativização para reforçar sua condição de homem colonizado. Tamoda apossou-se do já desusado pelos colonizadores, daquilo que não mais lhes servia. Entretanto, para o rapaz, tais objetos representavam denodo, por fazerem parte de uma cultura tida por ele como superior. Há aqui mais uma mostra de que teria se esforçado para aprender a língua portuguesa, porque a achava mais importante que a língua nativa.

Dessa forma, nota-se que o saber linguístico que, aparentemente, adquiriu faz com que se valorize diante das pessoas de seu convívio social, tornando-se alguém intermediário entre os da cidade e os da "sanzala" (palavra quimbunda que designa aldeia, lugarejo). Entretanto, é bom lembrar que, para o leitor, o narrador denuncia Tamoda, por meio das ironias. Há ainda o episódio que relata a postura da professora castigando um garoto por ter pronunciado uma palavra que aprendeu com Tamoda. A ocorrência mostra que acontecem distorções no sentido das palavras ensinadas por ele. Seu vocabulário não era condizente com o oficial e, por consequência, a escola não aceitava os "putos" de Tamoda. O "mestre do português novo" (mais um tratamento irônico atribuído ao personagem) é então obrigado a encerrar suas aulas.

Entretanto, a influência não havia ocorrido só no nível da linguagem. Ele havia interferido também na aparência das pessoas, pois muitos jovens haviam introduzido frisos nos cabelos, seguindo o modelo de Tamoda, que se vestia como o colonizador português. Além disso, já não trabalhava mais na lavoura das autoridades locais. Como tinha guardado algum dinheiro, enquanto trabalhou na capital, pagava aos outros para trabalharem no seu lugar. Isso significa também que, diante dos outros, ele tinha certa importância, pois conseguia livrar-se de ser submetido às leis tradicionais. Esse lazer que, então, conseguia, proporcionava-lhe tempo livre para esnobar seus dotes linguísticos, conforme se vê nos exemplos seguintes: "Nas reuniões em que estivesse com os seus contemporâneos bundava, sem regra, palavras caras e difíceis de serem compreendidas, mesmo por aqueles que sabiam mais do que ele e que eram portadores de algumas habilitações literárias" (Xitu 1984: 7); ou "A exibição era feita pelo período da tarde, quando regressava da lavoura de seus pais, e na altura em que, geralmente, todos os lavradores estão de volta dos campos" (Xitu 1984: 7), ou ainda, "Quando em conversa com moças analfabetas e que mal pronunciavam uma palavra em português, o literato, de quando em vez, lozava os seus putos" (Xitu 1984: 7).

Ao mencionar o analfabetismo das mulheres, este último trecho nos lembra os estudos feitos por Bonnici (2000). O estudioso reflete longamente sobre o processo de dominação de uma cultura sobre outra, as estratégias de colonização e o revide do colonizado. Embora o trabalho aborde o contexto da sociedade e das literaturas de língua inglesa, contribui consideravelmente para explicar a postura da mulher na sociedade pós-colonial num sentido mais amplo. Para ele:

Há estreita relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo. Em primeiro lugar, há uma analogia entre patriarcalismo/feminismo e metrópole/colônia ou colonizador/colonizado [...] Em segundo lugar, se o homem foi colonizado, a mulher nas sociedades pós-coloniais foi duplamente colonizada. (Bonnici 2000: 15-16)

O texto de Xitu deixa transparecer a situação de inferiorização da mulher, na medida em que menciona a figura exibicionista do rapaz diante das moças que, de linguagem, conheciam apenas a modalidade oral da própria língua nativa. Albert

Memmi, sobre essa relação do colonizado com sua língua em confronto com a língua do colonizador, também contribui, fornecendo-nos sua visão sobre essa relação.

O colonizado não se salva do analfabetismo senão para cair no dualismo linguístico. Quando tem essa oportunidade. A maioria dos colonizados jamais teve a boa sorte de sofrer os tormentos do bilinguismo colonial. Nunca dispõe senão de sua língua materna; quer dizer, uma língua nem escrita nem lida, que só permite a incerta e pobre cultura oral. (Memmi 1977: 96)

Tendo por base tais considerações, podemos dizer que as personagens femininas representam indivíduos que, segundo Memmi, permanecem na cultura oral. Pobre, conforme menciona o estudioso, porque não lhes possibilita interferir na vida social, regida pela sociedade letrada. Em razão desta situação, Memmi refere-se a estes indivíduos como “estrangeiros em seu próprio país” (p. 97). Tamoda seria a representação do colonizado que se rendeu ao bilinguismo, pois não faz parte da elite dos colonizadores, nem se iguala ao colonizado:

A não-coincidência entre a língua materna e a língua cultural não é exclusiva do colonizado. Mas o bilinguismo colonial não pode ser confundido com qualquer dualismo linguístico. A posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. Ora aqui, *os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito*: são os do colonizador e do colonizado” (Memmi 1977: 97 – grifos do autor).

Tendo por base essas considerações, podemos dizer que o conto em questão, metaforicamente, vem nos revelar características do tratamento preconceituoso que recebe a língua do colonizado, quando em choque com outra que lhe é sobreposta. As moças, no texto, representam essas pessoas que, segundo Memmi, permanecem na cultura oral, em oposição à elite letrada.

Com relação à história de colonização portuguesa no continente africano, cuja rota teve início pela África no século XV, podemos relacioná-la ao texto em questão. Este, de publicação recente e já de uma época marcada pelos movimentos que elevam as questões africanas ao estágio de polêmica, vem ainda retomar a discussão sobre os reflexos da colonização africana. Queremos dizer que, não obstante o tempo decorrido, ainda se encontram cicatrizes de uma inscrição colonial que vão se refletir na consciência, na língua e na cultura de milhões de pessoas. A literatura, como uma das formas de expressão artística do homem, de seus anseios, desejos ou frustrações, não pode deixar de ser influenciada e de refletir tais processos mentais.

Nesse ponto, podemos nos valer das palavras de Antônio Cândido, concordando com sua postura que sempre vincula a literatura ao contexto em que ela se insere. Segundo ele, a literatura “[...] exprime o homem e depois atua na própria formação do homem.” (Candido 1972: 804). Suas palavras deixam clara a expressão da sociedade por meio do texto literário e a influência do texto literário sobre os indivíduos que formam a sociedade. Embora nosso trabalho não tenha o objetivo, no momento, de se ater à segunda relação citada, destacamos a postura do estudioso de incorporar à compreensão dos conteúdos temáticos do texto significados sociais e culturais.

As considerações bakhtinianas, que apontamos inicialmente, também nos servem como norte para compreender melhor o conto em questão. Vemos que o enunciado do conto nos remete a marcas de enunciação. Esta última nos lembra um contexto social que contribui para enriquecer as significações possíveis de se atribuir ao conto. O texto, desta forma, solicita inferências por parte do leitor a fim de buscar as significações que não se encontram explícitas, mas em estado latente, aguardando que o receptor participe no sentido de conferir-lhe sentido.

Deste modo, cremos que uma leitura crítica do texto revela que seu objetivo não se esgota em distrair o leitor com o relato de uma história, mas, acima disso, pode-se ler a denúncia da sobreposição de uma cultura dominante sobre uma dominada. Esta última aparece desvalorizada pelos próprios indivíduos aos quais ela se reporta. Tamoda representa alguém que absorveu traços da cultura dominante e que, influenciado por ela, passa a negar a própria cultura de origem. Da mesma forma a negam também aqueles que, como seguidores, valorizavam-no por demonstrar esse conhecimento. Nesse intuito, o texto, com notável engenho, mistura cenas que poderiam ser tidas por cômicas e ao mesmo tempo trágicas ou grotescas, podendo provocar no leitor tanto o riso quanto a comoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.

CANDIDO, Antônio. *A literatura e a formação do homem*. *Ciência e cultura*, v. 24, p. 803-809, 1972.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato o colonizador*. 3ª ed. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

XITU, Uanhenga. *"Mestre" Tamoda & Kahitu*. São Paulo: Ática, 1984.

Artigo recebido em 9 de setembro de 2011 e aprovado em 1 de outubro de 2011.